

Constituinte: o novo anteprojeto só será entregue quarta-feira.

O prazo terminou ontem. Mas o excesso de emendas exigiu mais tempo.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, queria mais uma semana de prazo para a entrega do anteprojeto da Constituinte, que se encerrava ontem, alegando que não houve tempo para apreciar as 28 mil emendas apresentadas. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, achou que era um tempo muito longo, mas dispôs-se a adiar até a próxima quarta-feira, às 17 horas — decisão que ele mesmo anunciou anteontem, depois de uma reunião com o próprio Cabral, o senador Fernando Henrique Cardoso e o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos.

O líder do PMDB na Assembléia, senador Mário Covas, acha que o pedido de Cabral foi procedente e que teria agido da mesma forma. Lembrou que não houve condições para o relator e seus auxiliares estudarem as emendas dos constituintes e as emendas populares — inclusive a que Covas patrocinou, de eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1988.

Ontem, haveria uma reunião informal de Cabral com Covas, Fernando Henrique, Euclides Scalco, Nelson Jobim, José Serra, Antônio Britto e outros. Surgiram duas versões para o cancelamento: o encontro vazou e muitos jornalistas fizeram plantão debaixo do bloco onde reside o líder do PMDB, na SQS 309; Cabral alegou que não poderia dar maiores esclarecimentos, pois não tinha em mãos o trabalho final do computador com todas as emendas.

"Manobra"

Os líderes do PMDB queriam pressionar o relator a revelar, com objetividade, o que pretende em relação ao sistema de governo e duração do mandato do presidente Sarney. Aos moderados que o visitaram na quinta-feira, Cabral anunciou que iria propor a vigência do parlamentarismo a 15 de março de 1990, após o término do mandato de Sarney — cinco anos.

Na reunião de sexta-feira, com Ulysses e todos os líderes, para discutir o anteprojeto de Constituição, o relator não confirmou a proposta anterior. Mas também não



desmentiu. Disse uma hora que a vigência do parlamentarismo seria 90 dias após a promulgação da nova Constituição. Depois, admitiu 120 dias. Sábado, na reunião na residência oficial de Ulysses, Cabral admitiu que iria incluir no substitutivo o sistema parlamentarista, com vigência 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

Ontem, Covas estava convencido de que o relator iria optar pelo parlamentarismo, estabelecendo que, 120 dias após a promulgação da Carta, o presidente da República teria que enviar à Câmara o nome do primeiro-ministro, para ser apreciado.

Para o líder governista Carlos Sant'Anna e para o deputado Prisco Viana, o relator pretendeu fazer uma "manobra", que acabou frustrada pelas reações. Cabral, segundo os dois deputados baianos, colocaria na parte permanente da Constituição o sistema parlamentarista. Para não abalar o Planalto, incluiria no capítulo das disposições transitórias artigo jogando a vigência do parlamentarismo com o término do mandato de Sarney — 15 de março de 1990, provavelmente

te. Sarney ficaria até o final com seus poderes preservados.

Na votação, pela atual tendência, seria aprovado o sistema parlamentarista. Depois, haveria pedido de destaque — votação em separado — do artigo das disposições transitórias estabelecendo a vigência do sistema para 1990. Não haveria dificuldades em rejeitar tal dispositivo. Resultado: prevaleceria o texto permanente, com a adoção do parlamentarismo imediatamente após a promulgação da nova Constituição.

Prisco Viana acha que o presidencialismo, com modificações fortalecendo o Congresso, só poderá ser aprovado se houver empenho efetivo do presidente Sarney de Ulysses Guimarães, de Carlos Sant'Anna, de Aureliano Chaves, de Marco Maciel, dos governadores. Caso contrário, observou, Sarney corre o risco de ter suas atribuições esvaziadas, com a vigência da nova Constituição.

Crítica

A Constituinte encerrou ontem o período de 40 dias de discussão do projeto, com uma sessão matutina a que estiveram presentes apenas dez parlamentares. Não compareceu nem Ulysses, que anunciara na véspera um discurso para marcar o encerramento dos debates. A partir de amanhã, a Constituinte volta à rotina, com sessões de terça a sexta-feira, deixando novamente livres as segundas-feiras para as sessões ordinárias do Senado e da Câmara.

Apesar de esvaziada, a sessão teve pelo menos um discurso contundente, o do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que condenou o presidente José Sarney pelas suas declarações, publicadas pelo JT e O Estado, nas quais considera a eventual adoção do sistema parlamentarista uma traição.

Hage acha que Sarney, "sem nenhum apelo à ética", está, na verdade, insuflando o povo contra a Assembléia Nacional Constituinte. Para o parlamentar, essa conclusão pode ser extraída das palavras em que o chefe do governo afirma que "o povo não aceitará o parlamentarismo de jeito nenhum".

Constituinte

O que há por trás desse novo adiamento



Freitas Nobre

Entre alguns parlamentares responsáveis, o clima é de frustração com as alterações a que fica compelido a fazer o relator Bernardo Cabral, toda vez que participa de uma reunião ou encontro importante, retardando a apresentação do substitutivo para exame prévio das lideranças.

Relativamente ao sistema de governo e ao período de mandato do presidente da República, basta que o relator retorne de uma visita a Sarney ou de um encontro com Ulysses Guimarães, para que o texto de alterações, até mesmo tão profundas como as que oscilam de um sistema de governo para outro.

Os assessores do Senado e da Câmara que estão trabalhando com o relator e os sub-relatores, não formularam o apelo de adiamento da entrega do substitutivo por conta própria. Foram instados a essa representação.

O motivo real do adiamento da apresentação do substitutivo aos líderes e ao presidente da Constituinte, porém, é outro, embora não se possa negar o tempo escasso para o exame das 22.000 emendas.

É que o presidente Sarney não concorda com o parlamentarismo para o seu período, nem com os quatro anos de mandato se permanecer o presidencialismo. Ele quer cinco anos e insiste em que desistiu dos seis anos a que teria direito, segundo os critérios do Colégio Eleitoral pelo qual se diplomou.

Mas, se de um lado Sarney aciona Ulysses, de outro mobiliza os governadores. Estes, além do interesse em ficar bem com o governo central e garantir os recursos que seus Estados necessitam, têm outro motivo que neste país, infelizmente, é predominante: o pessoal.

Da mesma maneira como Leonel Brizola condena o parlamentarismo com adjetivos que insultam até a his-

tória, Orestes Quércia, Hélio Garcia e outros governadores que sonham com a presidência ou a vice, e que, de outra parte, não pretendem aceitar o parlamentarismo nos Estados com a quebra de boa parte de seu poder administrativo e político, organizam-se para mais duas reuniões, provavelmente no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Eles esperam controlar suas bancadas na Constituinte, levando-as a trocar de posição com a substituição do parlamentarismo, que é predominante entre elas, e com o mandato de cinco anos que não está encontrando maioria parlamentar para ser aprovada. O fato é que, além de outros recursos, contam os governadores com um sem número de cargos e funções ocupados por pessoas indicadas pelos constituintes. E é por tais razões que eles garantem ao presidente Sarney que as decisões da Constituinte vão sair como eles desejam.

Mas o que não pode é o substitutivo do relator ficar à mercê das marés da negociação subalterna, da chantagem sobre o presidente da República ou das oscilações dos grupos que em geral orbitam segundo as páginas do Diário Oficial.

Até mesmo as acirradas influências dos lobbies perderam nestes últimos dias sua virulência, porque a própria Constituinte está deslocada para reuniões fora da sede do Legislativo que são, na prática, as preliminares para a votação de plenário.

Os grupos que defendem as reservas indígenas ou que denunciam interesses internacionais nas áreas ocupadas, também reduziram sua ação.

Os índios não conseguiram eleger um só representante para a Constituinte e o ex-deputado Mário Juruna é que vive cruzando os corredores do Congresso, participando de reuniões, imaginando surpir a representação parlamentar perdida no último pleito.

Histórias novas e antigas preenchem o tempo de muitos.

Em período de tantas mudanças bruscas, com pequena possibilidade de influir no texto quase-final, o melhor mesmo é ficar lembrando fatos nos corredores, enquanto o tempo passa e as definições chegam.

Pelo que ocorre nas várias dependências do Congresso e, particularmente, na sala do cafezinho — que somente neste período constituinte viu consumirem-se 4 milhões e duzentas mil xícaras da rubiácea, cálculo feito com base nos 3.500 quilos de pó consumidos mensalmente —, o substitutivo de Bernardo Cabral pode ser surpreendente.

Depois de amanhã, quarta-feira, é o novo prazo fixado para a entrega, até às 17 horas, quando o texto deverá ser levado a Ulysses e as lideranças.

A única certeza — observam os parlamentares — será a de que não se adotará a monarquia...